

Quando a Mulher Começou a Falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil

*Cuando la Mujer Comenzó a Hablar:
literatura y crítica feminista en Inglaterra y en Brasil*

*When Women Began to be Heard:
literature and feminist literary criticism in England and in Brazil*

Dignamara Pereira de Almeida Sousa
Daise Lilian Fonseca Dias

Resumo: neste artigo, objetiva-se estabelecer relações entre a condição feminina na Inglaterra e no Brasil, sobretudo no contexto do século XIX, sob uma perspectiva feminista. Será traçado um percurso histórico acerca da vida e das representações da mulher ao longo do tempo, destacando-se imagens e mitos, bem como transformações sofridas pelas sociedades referidas, mostrando a evolução do papel da mulher dentro e fora do universo literário, inclusive a criação da crítica literária feminista e algumas de suas características nos dois países em destaque.

Palavras-chave: mulher, sociedade, literatura.

Resumen: el objetivo de este artículo es establecer relaciones entre la condición femenina en Inglaterra y Brasil, sobretudo en el contexto del siglo XIX, bajo una perspectiva feminista. Se hará un recorrido histórico acerca de la vida y las representaciones a lo largo del tiempo, se destacarán imágenes y mitos, así como las transformaciones que las referidas sociedades sufrieron, se mostrará la evolución del papel de la mujer dentro y fuera del universo literario, incluso la creación de la crítica literaria feminista y algunas de sus características en los dos países destacados.

Palabras claves: mujer, sociedad, literatura.

Abstract: the purpose of this paper is to identify the similarities and the differences between the statuses of women in England and in Brazil in the nineteenth century from a feminist standpoint. It provides a historical background on women's lives and on the historical representations of women in the societies of the two studied countries as well as on how their roles have evolved both within and outside the literary scene. It also refers to the birth of the feminist literary criticism and to some of its features in both countries. Special attention is given to the images and myths of the feminine universe of the two countries.

Keywords: woman, society, literature.

Dignamara Pereira de Almeida Sousa é graduada em Letras/Língua Inglesa (UFCG); Especialista em Estudos Literários (UFCG). **E-mail:** dignamarab@hotmail.com

Daise Lilian Fonseca Dias é graduada em Letras/Língua Inglesa (UFRN); Mestre em Literaturas de Língua Inglesa (UFPB); Doutora em Literatura e Cultura (UFPB); Professora da Universidade Federal de Campina Grande. Leciona as disciplinas Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa (Curso de Letras /UFCG) e Teoria do Texto Narrativo (Pós-Graduação/UFCG). Tem orientado trabalhos na Pós-Graduação (UFCG), nas perspectivas feminista e pós-colonial. **E-mail:** daiselilian@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Diversas pesquisas, de inúmeras áreas, têm tomado como objeto de discussão a questão da origem, ou das origens da opressão feminina. A questão essencial desses trabalhos está na necessidade de detectar os mecanismos históricos que fizeram da mulher um ser subordinado ao homem, em épocas e sociedades diversas e, por outro lado, nelas percebe-se também a busca por razões pelas quais somente nos séculos XIX e XX este estado de coisas começou a ser questionado e transformado de forma mais sistemática. Este artigo apresenta um percurso histórico da condição feminina e conquistas alcançadas pelas mulheres nos contextos anglo-americano e brasileiro, buscando estabelecer um paralelo acerca dos dilemas enfrentados pelas mulheres dentro e fora do universo literário em ambos os contextos.

1. Origens da Opressão Patriarcal à Mulher

A tese de Friedrich Engels (1820-1895), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1987), retoma e amplia a análise materialista da história realizada pelo antropólogo evolucionista Lewis H. Morgan (1818-1881), na obra *Sociedade Antiga* (1963). Como um dos importantes trabalhos que esquematiza a evolução humana, especialmente em relação à história antiga e à história das sociedades primitivas, a obra de Engels (1987) está sedimentada no esquema da evolução humana, no que se refere aos modos de produção: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. Engels observa que a história foi, durante muito tempo, vista como um processo unilinear, que partiu da sociedade sem classes para a sociedade de classes, retornando à sociedade sem classes.

Na sociedade primitiva, descobre-se que a força de trabalho do homem poderia se transformar em objeto de troca e consumo. Segundo Engels (1987), a função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher ao

dar à luz, favoreceu sua subordinação ao homem. De modo que a mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar, exatamente, em virtude do seu período de recuperação pós-gravidez e amamentação. Assim, o homem, figura associada à ideia de autoridade, devido à força física e poder de mando, assumiu o papel autoritário dentro da sociedade, enquanto a mulher foi oprimida.

Com a proibição do incesto, as sociedades matrilineares, em que as mulheres eram tidas como superiores, por gerar a vida, foram abolidas. Surge, nesse contexto, a família patriarcal, caracterizada pela submissão ao poder paterno, enquanto a mulher passou a ficar restrita à esfera doméstica. Engels (1987) acreditava que a mulher só se emanciparia quando retornasse ao trabalho produtivo social, condição esta que seria alcançada com a grande indústria moderna que permitiria o trabalho feminino.

Do ponto de vista de Engels (1987), a dominação do sexo masculino sobre o feminino não consiste em uma questão absolutamente natural, mas em uma construção social originada pelo fator econômico, mais precisamente, desde a divisão sexual do trabalho. Entretanto, a partir da década de 1960, as reflexões de Engels passaram a ser questionadas por ele não contemplar outros tipos de modo de produção, tomando o modelo de desenvolvimento dos países europeus como universalmente válido.

Outra obra bastante relevante que discute essa temática é a do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), *As estruturas elementares do parentesco* (1947), na qual ele aponta que a dominação do homem sobre a mulher teria acontecido naturalmente, desde os primórdios da espécie, paralelamente ao processo de aquisição da cultura, quando houve a passagem da natureza à cultura, mediante a normatização da vida sexual, ou seja, o homem não podendo casar-se com sua mãe ou irmã, ainda nas sociedades primitivas, passaria a estabelecer alianças com outros homens, de outros grupos, e desse modo ele obteria mãe e irmãs por meio da troca das suas. Portanto, as mulheres teriam sido transformadas em objetos de troca. No entanto, estudos como o de Lévi-Strauss (1947) têm sido questionados por não explicarem o fato de as mulheres terem

vido trocadas e não os homens e, também, por desconsiderarem que os primeiros grupos de seres humanos eram matrilocais, com descendências matrilineares e não-patriarcais.

Muraro (2000, p. 29) aponta que no primeiro milhão de anos, os grupos humanos da África, tais como os pigmeus e os bosquimanos, eram muito frágeis e

Havia também uma relação harmoniosa entre os gêneros; não existia estratificação sexual; não havia posse de um gênero sobre outro; não havia casamento tal como o conhecemos hoje, mas sim relações menos rígidas. A mulher inclusive era considerada sagrada, porque paria. Por isso o gênero feminino era considerado hegemônico. Nesta fase, Deus era Deusa.

Entretanto, apesar de as divindades dessas culturas serem representadas por deusas/mulheres e por elas desempenharem papéis religiosos mais importantes que os homens, essas sociedades eram baseadas na parceria, e não na dominação feminina. Muraro (2000) ainda comenta que não sabe se essas culturas foram preservadas, ou até mesmo, se ainda existem. O fato é que são grupos humanos que viviam em total harmonia com o meio ambiente e entre si.

Zolin (2003), por sua vez, ao se referir aos estudos de Eisler (1996), afirma que por volta do terceiro milênio a.C., as relações de parceria entre os sexos foram sendo substituídas por outros padrões, a organização matrilinear era destruída ou conquistada pelos povos indo-europeus vindos do sul da Europa e do Oriente Médio, os quais traziam para o norte europeu uma tradição de deuses e de armas, sangue, morte e escravidão. As deusas mulheres passaram a ocupar uma posição de inferioridade em relação aos deuses masculinos. O corpo da mulher transformou-se em propriedade particular do homem, que criaram leis restringindo o comportamento feminino.

Com a descoberta da técnica de fundir metais, os homens passaram a construir instrumentos para arar a terra. Nesse período, aparece a agricultura. Já não é mais a solidariedade, a partilha, a propriedade comum

dos grupos, mas sim impera a lei do mais forte e da propriedade privada da terra. O homem já sabe quem é o pai da criança e a mulher perde toda a influência, o mundo agora é patriarcal e patricêntrico. As culturas mais antigas são sucedidas por outras mais avançadas e governadas por um Deus muito mais eficiente e funcional para os tempos modernos, que é, por exemplo, Javé, Deus dos exércitos, um Deus onipresente e transcendente. Os homens passaram a dominar o sagrado e a deter o poder; as mulheres, em geral, tornaram-se marginalizadas.

As discussões complementam-se, pois o poder do homem foi, aos poucos, se tornando absoluto e visível não apenas na vida cotidiana, mas também no mito. Um exemplo disso é que inúmeros mitos que descrevem épocas em que a mulher era considerada um ser sagrado foram, gradualmente, substituídos por outros, em que os homens detinham o poder. Como afirma Muraro (2000, p. 28), não se pode esquecer que os mitos “são fabricados por meio de cada cultura de acordo com suas necessidades de sobrevivência e definem as relações de poder entre os gêneros, entre os grupos, e as dos grupos com o meio ambiente.” Os mitos de origem das diversas fases da humanidade, onde quer que tenham aparecido, seja na religião, na ciência, no coletivo, etc., foram o princípio organizador da relação do homem com a realidade e, em última instância, da relação consigo mesmos.

2. Imagens da Mulher no Imaginário Patriarcal

Com relação às concepções acerca das mulheres no imaginário popular ocidental, Joseph Campbell (1904-1987), um dos maiores mitólogos do século XX, estudou 1500 cosmogonias e divide os mitos ocidentais em quatro tipos, os quais foram elencados por Zolin (2003). O primeiro refere-se a mitos em que o mundo é criado por uma deusa sem o auxílio de ninguém; o segundo tipo de mito é o da deusa criadora do universo que é associada a um consorte que a destrona; no terceiro, o mundo é criado por um deus e por uma deusa juntos; no quarto tipo

de mito, um Deus masculino cria o mundo sozinho, conforme mostra a Bíblia. Campbell defende que a última é a modalidade mais comum a partir do segundo milênio a.C. Desde então, raramente se registram mitos em que a divindade primária seja mulher.

Com a noção de moralidade e fidelidade do subordinado ao opressor, surge outro mito: o das bruxas. Este é o mito característico da Idade Média, período em que se constata a forma brutal que o poder patriarcal utilizou para normatizar a sexualidade feminina entendida como ameaçadora para a razão masculina. Nesta época, a condição das mulheres floresce, até certo ponto; elas têm acesso às artes, à ciência, à literatura. Isto acontece durante as Cruzadas, momento em que não só a Igreja alcança seu poder temporal, como também o mundo se prepara para as grandes transformações que viriam séculos mais tarde, com a Renascença. Logo depois dessa época, no período que vai do fim do século XIV até meados do século XVIII, aconteceu o fenômeno, generalizado em toda a Europa e nos Estados Unidos, da repressão sistemática do feminino: a “caça às bruxas”.

No entanto, como afirma Muraro (2000), a caça às bruxas terminou como tinha começado, sem ninguém saber suas origens. Novos valores passaram a surgir. As mulheres já não trabalhavam fora do âmbito doméstico, como faziam as parteiras e curandeiras. Nasce então, no século XVIII, a figura da dona-de-casa, da mulher santa, da mãe dedicada, diferente daquelas consideradas orgásticas, caso usassem o corpo para o prazer. As mulheres eram educadas ou incentivadas a serem frígidas, pois sentir prazer era coisa do Diabo e, portanto, passível de punição. Elas passaram a ser limitadas ao espaço doméstico. O saber feminino popular cai na clandestinidade. A educação para as mulheres era ministrada apenas em casa, segundo os valores patriarcais pregados de mãe para filha, em um movimento cíclico já, então, totalmente internalizados nelas, sem que lhes fosse permitido questionar. Este estado de coisas permanece durante muito tempo na vida de muitas mulheres, condições estas que variam de acordo com cada lugar, cada época, cada mulher, mas que, normalmente, reduzem-na à condição de subjugada ao homem.

3. A Mulher na Era Vitoriana

No século XIX, houve grandes transformações no ocidente que, conseqüentemente, afetaram o restante do mundo, a exemplo da Revolução Industrial iniciada no século XVIII, a qual mudou profundamente a vida das mulheres e dos homens. Gradativamente, elas obtiveram certos direitos, que lhes haviam sido negados durante milhares de anos, e afirmaram-se em várias profissões, devido à abertura em relação ao acesso à educação, como mostram as obras das escritoras inglesas Charlotte Brontë (1816-55) e Anne Brontë (1820-49), *Jane Eyre* e *Agnes Grey*, respectivamente, ambas publicadas em 1847, as quais denunciam a triste vida das governantas e das professoras, por exemplo. Todavia, no cenário literário oitocentista, as mulheres chegariam a ser uma grande força na produção de romances no eixo Anglo-Americano, como Jane Austen e as irmãs Brontë. Entretanto, muitas delas ainda estavam relegadas à esfera privada, e poucas tinham acesso à vida pública e social, sobretudo as que eram de classes menos favorecidas.

No cenário britânico, o século XIX é lembrado, principalmente, como a Era Vitoriana (1837-1901), em referência à Rainha Vitória, coroada em 1837. A questão da mulher foi, de fato, uma das mais debatidas, tanto dentro quanto fora do universo literário no século XIX, como mostra Woolf (2004), uma vez que se via a mulher como a responsável pela manutenção de sua casa, concentrada na família.

Conforme mostram as obras da romancista inglesa Jane Austen (1775-1817), as quais respondem criticamente aos ditames sociais patriarcais dos séculos XVIII e XIX, as qualidades principais de uma moça deveriam ser a inocência, a responsabilidade, a virtude e a fidelidade ao homem. As jovens eram criadas desde pequenas com a intenção de se tornarem “casáveis”, ou seja, de serem capazes de manter a atmosfera familiar leve (não criarem perturbações para seus maridos), sendo quase que completamente ignorantes em assuntos políticos, econômicos e sociais e, ao mesmo tempo, altamente dependentes de seus cônjuges, incapazes

de fazer uma escolha que não fosse relativa à casa e à família. As moças ricas passavam a maior parte de seu tempo lendo, bordando, visitando ou recebendo visitantes, escrevendo cartas e indo a eventos sociais para acompanhar os pais, o marido, ou simplesmente para fazer parte da sociedade, atividades que elas, aliás, começavam a desenvolver entre os 16 e os 18 anos, após a festa de apresentação à sociedade, significando que elas já estavam prontas para um possível casamento.

No novo conjunto de valores e conceitos morais do século XIX, uma nova concepção de casamento foi difundida: o casamento de conveniência. O casamento, na verdade, sempre foi a instituição basilar na Inglaterra, e o papel da esposa era fundamental para a constituição da família, a manutenção da ordem familiar e nacional, segundo mostra o romance inglês *O morro dos ventos uivantes* (1847), uma ácida crítica de Emily Brontë a tais ditames, o qual mostra a protagonista Cathy Earnshaw em crises de histeria, por não poder casar-se com um pobre homem estrangeiro de pele escura, e de classe social inferior a sua.

Como se vê, o cenário histórico da mulher inglesa no século XIX aponta um caráter totalmente utilitarista da condição feminina imposto pela ética vitoriana. As senhoras da época eram verdadeiras “rainha do lar”, elas praticamente existiam para a função da reprodução, companhia de eventos sociais e administração do lar. O máximo de capacidade que as mulheres deveriam ter era a de inculcar os valores morais nos filhos, demonstrar autoridade perante os empregados e manter o nome da família sempre conservado na sociedade.

4. As Mulheres no Contexto Brasileiro do Século XIX

No que concerne à condição feminina no Brasil oitocentista, a história da mulher brasileira, como a história de tantas mulheres, é marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal que, legitimada pela religião cristã ocidental, transmitiu o silenciamento do feminino em todas as esferas sociais. Elas eram – assim como as inglesas – subordinadas

e dependentes dos pais ou dos maridos, sendo feitas propriedades dos homens e silenciadas por eles. Seguindo o modelo europeu, desde menina, a mulher era ensinada a ser mãe e esposa; sua educação limitava-se a aprender a cozinhar, bordar, costurar, isto é, tarefas estritamente domésticas. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, entre outros que fundamentavam a lógica patriarcal de mantê-la afastada dos espaços públicos e, conseqüentemente, da educação formal, pois não lhe era permitido o acesso à escola.

Sabe-se que a educação das mulheres brasileiras - assim como aquela das suas contemporâneas inglesas - não estava voltada para o desenvolvimento de aptidões intelectuais profundas, ou seja, elas não tinham direito à educação formal, sua educação era voltada apenas para se comportarem na vida em sociedade tanto dentro quanto fora dos muros domésticos, precisando para isso aprender regras de convivência e de moda. Ainda assim, algumas viram no magistério uma forma viável e necessária de abrirem as portas do mercado de trabalho, tornando-se então professoras. Nessa profissão, elas poderiam, de certa forma, gerir o próprio sustento, um passo a mais na emancipação feminina e, conseqüentemente, um modo de resistência à ordem vigente de dependência e subordinação ao homem. Um exemplo disso foi Maria Firmina dos Reis (1825-1917), autora de *Úrsula* (1859), considerado o primeiro romance de uma autora brasileira. A mesma ganhava a vida como professora lecionando em casa, como era costume na época.

No contexto histórico brasileiro em estudo, as transformações sociais também atingiram a instituição do casamento. Na vida rural, a sociedade ainda era retrógrada, o casamento era estabelecido com pessoas do mesmo grupo de convívio, mantido pela relação de parentesco. Já na vida urbana, as mudanças dentro das relações conjugais eram mais perceptíveis, ou seja, para que a união conjugal acontecesse não era necessário se dar apenas entre pessoas da mesma família. A mulher começava a escolher seu futuro esposo, de forma parcial, já que ela só tinha a alternativa de casar-se com um homem que pertencesse à mesma classe social. Nos bailes das festas de

família, as moças e rapazes, de classe mais favorecida, travavam amizades e estabeleciam futuras relações matrimoniais. Além desse propósito de arranjar casamento, no caso específico da mulher, a presença nos salões era também um meio de ocupar o tempo, já que parte dele era dedicada aos afazeres domésticos, ao lazer e ao ócio, como bem ilustram os romances urbanos de José de Alencar, a exemplo de *Senhora* (1875)

Vale destacar que muitas mulheres, mesmo sendo uma minoria, desempenharam importantes papéis enquanto leitoras e escritoras assíduas para jornais e revistas, tanto produzindo poesia quanto prosa, e escrevendo livros acerca de normas sociais, como Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), tudo isso apesar das restrições educacionais que lhes eram impostas.

Percebe-se que as figuras femininas como as citadas até agora não se conformaram com a condição de submissão das mulheres e com o mal da estereotipia que as assolava, por isso reivindicaram direitos, publicaram textos a favor de melhores condições de vida e lutaram para que a sociedade patriarcal as ouvisse. Muitas foram silenciadas, uma minoria foi ouvida, mas, mesmo assim, suas palavras foram eternizadas em seus escritos, por exemplo. Nesta segunda década do século XXI, percebem-se quantas mudanças e conquistas para as mulheres foram alcançadas, devido à luta das precursoras que se opunham aos mandos e desmandos de uma sociedade opressora.

5. Mulheres Advogando em Causa Própria

No que se refere à posição social da mulher e sua presença no universo literário, as teorias críticas feministas colocaram em foco as circunstâncias socio-históricas em que se encontravam as mulheres, circunstâncias estas entendidas como determinantes na produção das representações femininas no cenário literário. Elas apontaram a tradição literária masculina que, por muito tempo, apresentou modelos significativos dessas representações, desmascarando os estereótipos negativos formados pela cultura patriarcal,

tais como o de anjo, louca, adúltera, presentes em obras masculinas, como também mostraram a desconstrução desses estereótipos, por parte das autoras, as quais, quando puderam ter direito à pena, buscaram uma nova roupagem para a figuração da mulher no texto literário e, principalmente, na sociedade.

Desde a Antiguidade Clássica, pode ser verificada, em obras escritas por homens, a condição da mulher cristalizada cultural e historicamente na literatura. Como exemplo, as obras do comediógrafo grego Aristófanes (447 a.C.- 385 a.C.), *A greve do sexo* (1996) e *A revolução das mulheres* (1996), as quais exploram as relações de poder entre homem e mulher: a submissão feminina aos homens, a generosidade da mulher, a velhice, a mulher no poder, entre outros temas que denunciam o sistema opressivo ao qual as mulheres gregas estavam circunscritas. A mulher era representada como moeda de troca, ou como aquela que transmitia poder através do casamento ou da linhagem materna, mesmo não podendo exercê-lo, como pode ser observado na *Odisseia* e na *Iliada*, de Homero, e nas tragédias *Édipo Rei*, de Sófocles, e *Medéia*, de Eurípedes.

É preciso considerar que com as limitações impostas às mulheres pela sociedade foi negado a elas o acesso à educação formal por vários séculos. Em virtude disso, suas vozes foram silenciadas, com exceção de uma minoria que gozava desse direito. Contudo, há uma gama de textos que apresentam as reivindicações do sexo feminino. Entre estes, destaca-se o de Christine de Pizan, *La cite des dames*, publicado em 1405, considerado como aquele que formulou o primeiro protesto veemente contra os preconceitos discriminadores contra a mulher. A autora não prega a mudança do papel da mulher que ela aceita como imposto por Deus, mas deseja que suas aptidões sejam reconhecidas como iguais e dignas de preencher as mesmas funções que os homens. Afirmando a igualdade sem reivindicar as conseqüências, Pizan chama suas irmãs ao engajamento mediante a paciência e a dignidade.

No século XVIII, foram divulgadas algumas declarações públicas que questionavam o poder absoluto dos homens e reivindicavam o direito

à educação para as mulheres, como também a participação delas na esfera pública. É o caso do documento *Some reflections upon marriage*, de Mary Astell, datado de 1730, que ironiza a sabedoria masculina e despoetiza as relações existentes na sociedade familiar. A autora questiona o fato de todos os homens nascerem livres e todas as mulheres nascerem escravas. Até a construção social do sujeito feminino é discutida por Astell, quando ela refere que Deus distribuiu a inteligência a ambos os sexos com imparcialidade, mas que o conhecimento foi arrebatado pelos homens a fim de que eles se mantivessem no poder.

Outro exemplo da produção de caráter feminista está na França. Marie Olympe Gouges, apresenta à Assembléia Nacional, em 1791, a sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (*Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*), na qual ela defende a ideia de que as mulheres devem gozar de todos os direitos que o homem tem ou quer para si, entretanto, elas devem assumir também toda sorte de responsabilidades que cabem aos cidadãos do sexo masculino. A autora inclusive cobra das mulheres vigor nas reivindicações de mais liberdade democrática para seu sexo.

Destaca-se, ainda, na luta pelos interesses femininos, a inglesa Mary Wollstonecraft, que escreve, em 1792, um dos grandes clássicos da literatura feminista, a obra já citada, *A Vindication of the Rights of Woman* (*A reivindicação dos direitos da mulher*), defendendo na mesma lógica de Astell a ideia de que a mulher deve ter todos os direitos que o homem, inclusive o de propriedade e liberdade de expressão, como também o direito à educação, para que possa aproveitar seu potencial humano e tornar-se apta para libertar-se das amarras da opressão gerada pela sociedade patriarcal. Para Wollstonecraft, não poderia haver progresso social se a maior parte da população continuasse destituída de direitos, estando as mulheres, tal como os escravos, incluídas entre as minorias dos destituídos e oprimidos. Para resgatá-las do estado de subordinação em que se encontravam, era necessária uma reestruturação da sociedade e uma regeneração plena das relações sociais entre os sexos. Estava incluída nesse pensamento a ideia de que elas deveriam ter suas próprias representantes no Parlamento, ao invés

de serem governadas sem que lhes fosse permitida qualquer participação nas deliberações do governo.

Contudo, o feminismo, enquanto movimento organizado, só entrou no cenário político tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, por exemplo, a partir dos movimentos sufragistas desencadeados por volta da segunda metade do século XIX. Em 1840, as americanas Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony fundaram a *Woman Suffrage Association* (*Associação nacional para o voto das mulheres*), e Lucy Stone criou a *American Woman's Suffrage Association* (*Associação americana para o voto das mulheres*). A primeira reivindicava o direito ao voto feminino; a segunda somava às reivindicações sufragistas a reforma das leis do divórcio. Ambas foram fundidas em 1890, para formar a *National American Woman's Suffrage (NAWSA)* (*Associação nacional americana para o voto das mulheres*), que aliadas a outras sufragistas conseguiram o direito de voto às mulheres em 1920.

O feminismo na Inglaterra foi tenazmente marcado pelas inúmeras lutas contra a discriminação imposta ou sofrida pela mulher, justificada com o suposto argumento de que ela seria intelectualmente inferior aos homens. Segundo Oliveira (2008), essa crença encontrava sustentação no aspecto religioso que pregava o valor da fidelidade à aliança matrimonial, mediante obediência ao cônjuge. Tais valores eram promulgados pela rainha Vitória em suas cartas e por suas súditas em guias vitorianos, tais como, *The Female Instructor (A professora)*, de autoria anônima, entre outros, que relembram insistentemente à esposa sua condição de dependente e submissa, devendo ser entendida como vontade divina. Vale destacar que na Era Vitoriana defendia-se a valorização da família, na qual predominava o modelo de rainha do lar; de fato, o reinado da rainha Vitória constituiu-se um período de grande idolatria à domesticidade.

Esse estado de coisas desencadeou uma série de ações que caminharam no sentido de instituir o feminismo como um movimento político organizado na Inglaterra, já que, no âmbito das práticas sociais e familiares, a realidade era diferente daquela apreçoada pela lei. A partir de 1850, foram encaminhadas às autoridades petições advogando o *status*

legal da mulher, tais como o direito ao voto, à propriedade e à educação formal. Foram escritas também obras feministas que deram continuidade aos argumentos de Wollstonecraft, no final do século XVIII, conforme citado. É o caso também da obra de John Stuart Mill, *The Subjection of Women (A sujeição das mulheres)*, de 1869, na qual ele denuncia a ausência de direito da mulher que vive num regime comparado ao da escravidão. O autor afirmava que a mulher era uma escrava voluntária por não ser conquistada à força e por prestar obediência ao esposo, doando seu corpo inteiramente a ele, como seu legítimo dono (OLIVEIRA, 2008).

No que concerne ao feminismo no Brasil oitocentista, destacam-se os movimentos a favor da abolição dos escravos e da proclamação da república. A pioneira no feminismo brasileiro foi a republicana e abolicionista Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-85), pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha, que traduziu livremente, considerando a versão francesa, o livro da escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), o qual em português foi intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832). Floresta toma emprestado de Wollstonecraft ideias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira, reivindicando igualdade e educação para as mulheres, porque, segundo a autora, não estavam aptas a participar da vida pública, porque lhes era negada a instrução devida. Ela não enfatizou em seu texto que há superioridade feminina sobre os homens, como Wollstonecraft fez, e sim que as mulheres deveriam gozar do direito à educação para não serem criticadas pelos homens.

Floresta (1989) acreditava que as mulheres, desde os primórdios, sofreram arduamente preconceitos, mas deveriam lutar pelos seus ideais, e não serem sombras dos maridos. Deveriam sair das margens dos oprimidos e passar a exercer funções dignas e merecedoras de estima. Apesar das limitações de distribuição e divulgação de opiniões na época, a obra dessa pioneira teve muita repercussão, sendo mencionada por escritoras até o final do século XIX, por exemplo, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, que escreve *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação* (1845). A

autora tinha ideias semelhantes à de Floresta, por debater que as mulheres tinham o mesmo dom criativo e inteligente dos homens. Ela advogava também a participação de suas iguais na política e nas lutas em favor de direitos. Por esse motivo, segundo Telles (1997), elas foram duramente criticadas pelos homens que as julgavam incapazes para ações políticas, revoltas e guerras.

Posto isso, sabe-se que uma das consequências das lutas feministas é o surgimento da profissão de escritora, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, embora com maior força no século XIX, sobretudo no contexto anglo-americano. Elas passaram, de forma mais sistemática, a refletir sobre sua condição de subalterna e passaram a representar a si mesmas, enquanto mulheres, em romances, muitas vezes utilizando pseudônimos masculinos nas suas publicações, para não terem suas obras discriminadas por serem escritas por mulheres. Algumas das escritoras que recorreram a tal recurso foram as irmãs Brontë, George Eliot e George Sand, dentre outras de grande relevância, para afirmação de uma tradição literária de autoria feminina.

6. Teorias Críticas Feministas

Desde que as mulheres passaram a enunciar artisticamente seus textos de modo mais sistemático, começaram as discussões em torno de uma escrita feminina como diferença do modelo canônico masculino, como também surgiu a dificuldade de instituir a produção literária de mulheres no âmbito de uma tradição que ainda as hostilizava e colocava em xeque sua existência. Essas discussões foram enriquecidas por pensadoras que, desde o início do século XX, tentam elucidar as implicações da literatura de autoria feminina no imaginário social, por exemplo, Virginia Woolf (1882-1941), em *Um teto todo seu* (1928) e Simone de Beauvoir, com *O segundo sexo* (1940). Elas discutiram a recusa, por parte da crítica masculina, de algumas escritoras, pela concepção, até final do século XIX, de que as obras femininas são marcadas por uma feminilidade como expressão de um narcisismo/sentimentalismo exacerbado. Outra suposição da crítica

masculina é indagada por essas pensadoras, no que tange à conjectura de que a escrita feminina produz uma literatura que não se equipara em qualidade estética à elaborada pelos homens, uma vez que acreditavam que elas não possuírem a mesma capacidade intelectual.

Considerada como a primeira tentativa de elaborar uma estética da criação e da recepção de obras de escritoras mulheres, Woolf (2004) reflete sobre a escrita feminina, defendendo a ideia de que “a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu se pretende mesmo escrever ficção” (WOOLF, 2004, p. 8). Ela discute sobre a dificuldade das mulheres em escrever ficção, já que elas não desfrutavam dos mesmos direitos que os homens, principalmente, o direito à educação. A autora argumenta que se Shakespeare tivesse tido uma irmã com a mesma genialidade que ele, certamente, ela teria enlouquecido ou se suicidado, uma vez que não teria sido mandada à escola, como ele, muito menos teria aprendido latim e grego, línguas estudadas, em geral, apenas por homens. Caso ela tivesse escrito alguma coisa, ou se “sobrevivesse, o que quer que houvesse escrito teria sido distorcido e deformado, fruto de uma imaginação retorcida e mórbida”(WOOLF, 2004, p. 57), já que não era concedido nenhum espaço para que as mulheres se expressassem na Inglaterra elisabetana.

Woolf (2004) também aborda o tema “Mulher e Ficção”, e discute a questão do ressentimento que durante muito tempo marcou a literatura de autoria feminina. Ela parte da premissa de que a mulher deve começar no espaço literário, não como um método de expressão pessoal, mas usar a literatura como uma arte. A autora aponta que, até mesmo no século XVIII, as mulheres tinham receio de escrever, já que nada poderia se esperar delas intelectualmente, segundo a visão masculina dos fatos. Apesar disso, grandes nomes se insurgiram para escrever e fundamentar uma tradição literária feminina, que se consolidou nos séculos XIX e XX.

As reflexões de Woolf (2004) constataam que a mulher, naquele início de século XX, já estava usando a literatura como uma arte, e não apenas como método de expressão pessoal, como em muitos casos no passado. Em vista disso, Woolf conclui que ainda seria necessário que as

mulheres saltassem grandes obstáculos, ignorando os olhares masculinos. A autora afirma que as grandes mentes não pensam especialmente ou separadamente do sexo: elas são andróginas, como era andrógina a mente de Shakespeare. Desta forma, defender a necessidade do (a) autor (a) ser masculinamente feminino e femininamente masculino, para que a arte se realize e comunique experiências com integridade. As feministas da chamada primeira onda do feminismo, a exemplo de Woolf (2004), estavam preocupadas com questões materiais, com o exame cuidadoso das relações de gênero na representação de personagens femininas, com a falta de poder e condições das mulheres.

Vale destacar também outra obra importante da segunda onda do feminismo: *O segundo sexo* (1980). A autora francesa Simone de Beauvoir discute a questão da relação binária escravo/senhor, sendo a mulher pertencente ao primeiro item e o homem ao segundo. Beauvoir discute a situação da mulher segundo a perspectiva existencialista, afirmando que não basta apontar as relações de propriedade como responsáveis pela opressão feminina, ainda se faz necessário explicar por que as relações de propriedade foram instituídas contra a comunidade e entre os homens, já que para a autora:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Tais constatações trazem à reflexão o fato de que a mulher, no contexto discutido por Beauvoir (1980), aparentemente não se definia por si mesma, mas a partir da força que outros indivíduos exerciam sobre ela, sejam homens ou mulheres. O feminismo existencialista de Beauvoir (1980) pode, de um lado, oferecer um estudo da opressão das mulheres e, de outro, sugerir, promover o conhecimento acerca da condição delas,

a fim de emancipá-las da opressão sofrida, já que a autora analisa a problemática da mulher de modo a salientar que não existe absolutamente uma essência feminina, que afirme a submissão da mulher; existe apenas o que ela chama de situação da mulher, pelo fato de ela ser impossibilitada de ir à caça, como homens, em razão da maternidade.

7. A Crítica Feminista Anglo-americana

Em face das polêmicas geradas a partir do movimento feminista, destacam-se os efeitos provocados por ele em diferentes momentos. Um desses efeitos está ligado a um dos diversos instrumentos de que se dispõe para ler e interpretar o texto literário: a crítica feminista. Ler, portanto, um texto literário tomando como instrumentos norteadores os conceitos operatórios fornecidos pela crítica feminista, implica investigar o modo pelo qual tal texto está marcado pela diferença de gênero. Assim, a crítica feminista:

visa despertar o senso crítico e promover mudanças de mentalidades, ou, por outro lado, divulgar posturas críticas por parte dos (as) escritores (as) em relação às convenções sociais que, historicamente, têm aprisionado a mulher e tolhido seus movimentos. (...) Assim, a crítica feminista trabalha no sentido de desconstruir a oposição homem/mulher e as demais oposições associadas a esta, numa espécie de versão do pós-estruturalismo (ZOLIN, 2005, p. 182).

A crítica literária feminista propriamente dita teve seu marco inicial com a publicação da tese de doutorado de Kate Millet, *Sexual Politics* (1970). A obra suplanta o aspecto puramente literário e, com uma aguçada consciência política, traz discussões acerca da posição secundária da mulher nos romances de autoria masculina, como também por parte de escritoras e críticas literárias. Ela discute as causas da opressão feminina mediante o conceito de patriarcado, afirmando que esse sistema oprime o ser feminino desde muito cedo, ao estabelecer um sistema rígido de papéis sexuais. Concordando com Beauvoir (1980), Millet acredita que toda manifestação de poder só é concedida por parte do oprimido, ou

seja, no caso da mulher. Tal consentimento se dá por meio de instituições de socialização, tais como o casamento, a família, ou de leis que punem o aborto ou à violência contra a mulher, afirmando, de certa forma, o poder masculino sobre a figura feminina.

As discussões empreendidas a partir de Millet (1970) mostram como é recorrente em obras literárias canônicas a representação da mulher por meio de estereótipos negativos, impregnados na cultura, por exemplo, o da mulher sedutora, perigosa e imoral, conforme personagens das literaturas brasileira e portuguesa: Capitu, da obra *Dom Casmurro* (1900), de Machado de Assis; Luísa, da obra *O primo Basílio* (1878), de Eça de Queiroz; e, ainda, a mulher incapaz, indefesa, ou anjo, como na personagem Teresa, de *Amor de Perdição* (1862), de Camilo Castelo Branco. Na verdade, há muitas outras representações que apresentam o olhar masculino sobre as mulheres carregado de discriminações, servindo como propósito para a manutenção da dominação social e cultural masculina sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre as mulheres. Um dos fatores importantes da perspectiva feminista é apontar para outra ótica de leitura, destacando, dentre outros, a conotação negativa que há por trás das ideologias impostas pela cultura patriarcal. Como discutido por Millet (1970), as condições sociais das mulheres foram transferidas para os textos ficcionais, atribuindo inúmeros estereótipos ao sexo feminino.

A chamada terceira onda do feminismo é marcada pelos trabalhos das americanas Elaine Showalter, *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing* (1977), e Ellen Moers com *Literary Women* (1976), bem como as teóricas feministas anglo-americanas, Sandra Gilbert e Susan Gubar, com *The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination* (1979). Além desses textos fundamentais de teoria crítica feminista, há uma grande quantidade de ensaios e comunicações que visam debater, em linhas gerais, os espaços relegados à mulher na sociedade, bem como as conseqüências ou reflexos para a literatura.

Showalter (1977) empreendeu um trabalho de redescobrimto e de resgate das escritoras do passado. Estudando a vida e obra de mais de 200 escritoras, de 1800 até a década de 1970, ela analisa e classifica o percurso literário que compreende as obras de autoria feminina tendo

a cultura dominante como referencial, segundo três etapas próprias a toda subcultura literária. Conforme a autora: a primeira fase é a feminina (*feminine*), desenvolvida entre 1840 e 1880, caracterizada como a etapa de imitação e internalização dos valores e padrões masculinos vigentes. A segunda fase é chamada de feminista (*feminist*), característica do período de 1880 a 1920, compreendida como a fase de protesto contra os valores e os padrões vigentes. Por fim, a fase fêmea (*female*), que tem início por volta de 1920 e segue até os dias atuais, e caracteriza-se como o período de autodescoberta e busca de identidade própria. Essas categorias/divisões/nomenclatura não são, absolutamente, rígidas, mas misturam-se, de tal modo que é possível observar todas elas presentes na obra, inclusive, de uma mesma escritora.

Outra obra fundamental para a compreensão da relação entre Feminismo e Literatura é das feministas Gilbert & Gubar (1984), *The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination* (1979), na qual elas caracterizam a mulher como uma figura dividida entre as imagens de “anjo” e “monstro”, construídas pela ótica masculina. A pergunta inicial da obra é “Is a pen a metaphorical penis?” (Seria a pena um pênis metafórico?). A resposta a essa pergunta é inicialmente “sim”, pois, segundo as autoras, o falo representa a pena e, se o órgão masculino é o que dá início ao processo de geração da vida dentro do corpo da mulher, tornando-o pai/criador, ele é também o pai/criador do texto literário. Ele detém a criação e a criatura.

É desde esse fator que surgem os estereótipos femininos de cunho negativo ou não nas obras de autoria masculina, já que o homem por possuir o falo, órgão símbolo do poder masculino, que governa a sociedade como um todo, tem autoridade de manipular não só a obra, como também seus leitores. Segundo Gilbert e Gubar (1984), na literatura repete-se a essência da sociedade patriarcal, ou seja, o autor é o pai e as relações de paternidade, as quais são de poder e que se ligam profundamente ao gênero sexual, parecem motivar a escrita. Em outras palavras, “o poeta, como Deus o Pai, é um controlador paternalista do mundo fictício que Ele criou” (GILBERT & GUBAR, 1984, p. 5; tradução nossa).

Gilbert e Gubar (1984) destacam nos textos canônicos a representação da mulher assumindo, em resumo, dois extremos opostos e sistematicamente hierarquizados: ou são anjos ou são monstros. A faceta angelical estaria associada à pureza, bondade, submissão, vida contemplativa, modéstia e entrega incondicional aos afazeres domésticos, aos filhos e ao marido. Em suma, o que define a mulher anjo seria a *passividade*. A faceta monstruosa está associada à bruxa, à louca histérica, ao monstro, ao ser maligno que se esconde nos submundos, à Medusa, à *femme fatale*, à sereia, ao dragão, à mulher vampira etc. A mulher monstro seria, como definem Gilbert e Gubar (1984, p. 28; tradução nossa), uma espécie de “imagem antitética do anjo”.

Entretanto, conforme Gilbert e Gubar (1984), por trás das associações citadas, efetuadas pelos homens, de um modo geral, estaria uma outra, muito mais produtiva e reveladora da faceta monstruosa, que também significaria a assertividade e a agressividade femininas, ou seja, as mulheres seriam consideradas como monstros por terem características masculinas, por serem não-femininas e, conseqüentemente, impróprias a uma vida comedida de pureza contemplativa, proposta pelo ideal masculino. Elas também salientam a importância de se estudar obras de autoria feminina, a fim de relacionar a vida das artistas às das mulheres da ficção, num trabalho de junção entre texto e contexto, por acreditarem que as imagens frequentes de confinamento das personagens estão associadas à prisão que as mulheres escritoras vivenciaram.¹

8. A Crítica Feminista no Brasil

Com relação às teorias críticas feministas no Brasil, a pesquisadora Elódia Xavier traça um percurso da trajetória da autoria feminina assim como fez Showalter (1977), acerca do cenário anglo-americano. Em seu ensaio, *Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da*

¹ Diferente da vertente anglo-americana, a crítica feminista francesa, desenvolvida com fôlego e vigor na década de 1970, não se detém explicitamente sobre o campo literário, mas no da Linguística, da Semiótica e da Psicanálise, trabalhando no sentido de identificar uma possível linguagem feminina. Suas principais representantes são Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva.

trajetória (1998), Xavier seleciona algumas autoras e obras e as toma como representantes de etapas distintas, embora a cronologia seja diferente daquela apresentada pela pesquisadora americana, conforme se verá na sequência.

A fase *feminina* aqui no Brasil seria caracterizada como aquela que reduplica os valores patriarcais por meio do seu estilo gótico e sentimental. Ela teria se iniciado com a publicação de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, em 1859, obra que é apontada como a primeira narrativa de autoria feminina no Brasil, conforme mencionado. Outros romances, como

² No que tange aos estudos relacionados à mulher no Brasil, Zolin (2005) comenta que, segundo o Boletim do *GT Mulher e Literatura da Anpoll* (2000), a consolidação de trabalhos ligados à mulher e sua representação na literatura nas instituições acadêmicas brasileiras data de meados dos anos 80, com a criação de associações de estudo, grupos de trabalhos e de seminários sobre o tema. Alguns dos exemplos são a Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Letras e Linguística (AN-POLL), criada em 1984, o Seminário Nacional Mulher & Literatura, iniciado em 1985, e a Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), fundada em 1986. Os diversos encontros entre os pesquisadores da área têm permitido o intercâmbio de experiências entre pesquisadores de inúmeras instituições e nacionalidades, além do estabelecimento de linhas de pesquisas nos cursos de pós-graduação e departamentos de língua e literatura.

aqueles da vasta produção de Júlia Lopes de Almeida, também fazem parte dessa fase, na qual a representação da “rainha do lar” é tão cultivada. Os contos da coletânea *Laços de família*, publicada em 1960, por Clarice Lispector, são propulsores da fase *feminista*, caracterizada pela ruptura do estado de coisas proposto pela fase *feminina*. Muitas outras autoras marcam esta fase que se estende até 1990, a exemplo de Patrícia Bins, cujos romances apresentam sempre o drama existencial de mulheres que vivem em situações-limite. Na fase *fêmea* ou a fase mulher, percebe-se autoras que, no decorrer do seu percurso literário, desenvolvem outros temas em suas obras, suas experiências amadurecem a cada escrita, como é o caso de *A república dos sonhos*, de Nélide Piñon, a qual, após passar por um longo período de carência e de opressão que a paralisava, triunfa, escrevendo um romance na fase *fêmea* da literatura escrita por mulheres no Brasil (ZOLIN, 2003).²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar no decorrer deste artigo, as mulheres, tanto no contexto britânico quanto no brasileiro, vivenciaram realidades, até certo ponto, semelhantes, partilharam dificuldades em comum e anseios, já que, em linhas gerais, suas “qualidades essenciais” haviam sido traçadas pelo patriarcado, principalmente na época em destaque, as quais deveriam ser a pureza, a responsabilidade, a virtude e a fidelidade ao marido; a educação delas estava voltada para o espaço doméstico e, diferente do homem, não poderiam ter propriedades e desfrutar delas.

Entretanto, como um grito em meio ao silenciamento em que viveram durante muitos séculos, algumas mulheres passaram a escrever textos de cunho filosófico e literário questionando esse padrão imposto pela sociedade patriarcal ao seu sexo. Dessa forma, elas reivindicaram direitos, contribuindo, em alguns aspectos, para a renovação da sociedade, evitando a reprodução, ou a perpetuação dos ideais disseminados pelo patriarcado, e construindo, por exemplo, o que se poderia denominar em pleno século XXI de uma respeitada tradição literária de autoria feminina.

É verdade que as condições das mulheres são diferentes nas sociedades atuais, visto que elas podem trabalhar em grande parte dos setores antes dedicados exclusivamente aos homens, ter direito ao voto e à educação superior, assumir cargos públicos, entre outros. Mesmo que a realidade seja outra e o tempo também, as discussões em torno do papel feminino no meio social não podem ser limitadas a uma época específica, sobretudo porque há mulheres que ainda vivem em condições semelhantes às aquelas citadas ao longo deste trabalho: de subalternas, enclausuradas na esfera privada, sofrendo abusos moral e sexual, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. O pensamento político de Mary Wollstonecraft. In: MONTEIRO, Maria da Conceição; LIMA, Tereza Marques de Oliveira (Org.). *Entre o estético e o político: a mulher nas literaturas de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

AMENO, Agenita. *Crítica à tolice feminina*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AMORA, Antônio Soares. *A literatura brasileira: o romantismo*. Vol. II. São Paulo: Cultrix, 1967.

ARISTÓFANES. *A greve do sexo (Lisístrata); A revolução das mulheres/ Aristófanes*. Tradução de Mario da Gama Kury. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1996.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2ª edição. Maringá: Eduem, 2000.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM (Org). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CAVALCANTI, Ildney (et al.). *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidade*. Maceió: UFAL, 2006.

CUDDON, J. A. *The penguin dictionary of literary terms and literary theory*. Fourth Edition. New York: Penguin, 1998.

FARACO, Carlos. Todos cantam sua terra/também vou cantar a minha. In: ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FUNCK, Susana B.(org.). *Trocando Idéias sobre a Mulher e a Literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991.

GILBERT, Sandra & SUSAN, Gubar. *The Norton anthology of literature by women: the traditions in English*. 2nd edition. New York: W.W. Norton & Company, Inc, 1996.

_____. *The Madwoman in the attic: the woman writer and the Nineteenth-century literary imagination*. Boston: Yale University Press, 1984.

JÚNIOR, Araripe. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1978.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (orgs.). *Dicionário de crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MILLER, Jane. *Women writing and writing about men*. New York: Pantheon Books, 1986.

MOERS, Ellen. *Literary women: the great writers*. New York: Oxford University Press, 1976.

MURARO, Rose Marie. *Textos da fogueira*. Brasília: Letra Viva, 2000.

MUZART, Zahidé L. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In: *Anais do IV Seminário Internacional de História da Literatura*. Rio Grande do Sul: PUC/RS, 2001.

OLIVEIRA, Vanalucia Soares da Silveira. *A “emancipação” feminina em Senhora de Alencar*. 93f. Monografia (Especialização em Estudos Literários). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2008.

PONTIERI, Regina Lúcia. *A viagem do olhar*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

RUFFATO, Luiz (org.). Mulheres: contribuição para a história literária. In:_____. *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 07-17.

SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. New Jersey: Princeton University Press, 1977.

_____. A crítica feminista no deserto. In: MACEDO, Ana Gabriela (org.) *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 2002.

SILVA. Antonio de Pádua Dias da. *Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética da agressão*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

STEIN, Ingrid. *Figuras Femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

TELLES, Lygia F. A mulher escritora e o feminismo no Brasil. In: SHARPE, Peggy (org). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática*

da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Ed. Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997. pp. 57-63.

TELLES, Norma. *Autor+a*. In: JOBIM (Org). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 45-64.

_____. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: BASSANEZI, Carla e PRIORE, Mary Del (orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1997, pp.401-442.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. *A voz embargada*. São Paulo: EDUSP, 1996.

WOOLF, Virginia. Jane Austen. In: WATT, Ian. *Jane Austen: a collection of critical essays*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1963.

_____. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Desconstruindo a opressão: a imagem feminina em A República dos Sonhos de Nélide Piñon*. Maringá: UEM, 2003.